

DOCUMENTO PROGRAMÁTICO PRELIMINAR
SOBRE A MISSÃO E A VOCAÇÃO
DO MUSEU IBÉRICO DE ARQUEOLOGIA E ARTE DE
ABRANTES
E SOBRE A DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL E ESPACIAL
QUE IRÁ PRESIDIR À SUA IMPLANTAÇÃO NO
CONVENTO DE S. DOMINGOS

Fernando António Baptista Pereira

Professor Associado da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa

O MUSEU IBÉRICO DE ARQUEOLOGIA E ARTE DE ABRANTES, que conta com **colecções de Arqueologia, de História e de Arte, desde os tempos Pré-Históricos até à Época Contemporânea**, tanto de **origem local, regional e nacional** como de **origem internacional**, recolhidas por iniciativa do Senhor João Estrada e também por parte da Câmara Municipal de Abrantes, irá ser instalado no Convento de S. Domingos, propriedade da edilidade.

O **edifício** deverá, para esse fim, sofrer obras de **recuperação e adaptação**, envolvendo também a **ampliação** que se julga necessária. Essas obras serão confiadas ao Ateliê JLCG, chefiado pelo Arquitecto João Luís Carrilho da Graça. É para a **refuncionalização** desse espaço que se apresenta este **DOCUMENTO PROGRAMÁTICO PRELIMINAR**, que será entregue pelo signatário, Autor do Programa Museológico, ao Dono da Obra e à Equipa Projectista. O signatário contou com a colaboração científica, para os períodos da Pré-História e da Antiguidade, do Prof. Doutor Luís

Oosterbeek, do Instituto Politécnico de Tomar, que, desde a primeira hora, se encontra integrado na equipa multidisciplinar que irá conceber e programar o Museu.

1. DESIGNAÇÃO E MISSÃO

A **designação** adoptada de MUSEU IBÉRICO DE ARQUEOLOGIA E ARTE DE ABRANTES justifica-se plenamente, devido, em especial, à representatividade das colecções abaixo indicadas e à possibilidade de com elas se contextualizar o mundo ibérico no universo mais vasto do Mediterrâneo. Destaca-se, no acervo, pela grande relevância e pelo carácter espectacular, a Colecção de Ourivesaria pré e proto-histórica recolhida no antigo território da Lusitânia e regiões limítrofes, que passará a ser, muito provavelmente, uma das primeiras senão a primeira à escala nacional e da península e uma das mais importantes a nível europeu, o que suscitará, logo que seja conhecida, pedidos para exposição e intercâmbio científico com museus estrangeiros. Esta esperada **projectão internacional** justifica, desde logo, **a concepção dupla de Museu- Centro de Investigação que se propõe.**

Em consequência, o **logótipo** que a equipa de *design de comunicação* que integra a equipa projectista deverá propor terá de ter em conta o carácter do Museu e a projectão que para ele se prevê.

O MUSEU IBÉRICO DE ARQUEOLOGIA E ARTE DE ABRANTES tem por **missão** apresentar as colecções de Arqueologia, de História e de Arte, desde os tempos Pré-Históricos até à Época Contemporânea, tanto de origem local, regional e nacional como de origem internacional, recolhidas por iniciativa do Senhor João Estrada e da Câmara Municipal de Abrantes,

que permitam **uma visão amplamente contextualizada da sucessão, no tempo e no espaço, de culturas e de formas artísticas que se reportem às origens e evolução do que é hoje a realidade portuguesa, quer como ponto de encontro entre o mundo ibérico, o mediterrânico e o norte europeu, quer numa dimensão de expansão pluricontinental.**

Dada a natureza e a abrangência temática, geográfica e cronológica das colecções recolhidas, será dado o devido relevo à questão da remota individualidade das culturas que se sucederam no território do ocidente peninsular.

2. COLECÇÕES, VOCAÇÃO E DIMENSÃO ESTRATÉGICA

O MUSEU IBÉRICO DE ARQUEOLOGIA E ARTE DE ABRANTES irá contar com as seguintes **colecções**:

1. Artefactos arqueológicos pré e proto-históricos em pedra, cerâmica, bronze e outros materiais, representativos da vida económica e social de várias culturas e povos que ocuparam diversas áreas do território nacional;
2. Escultura, artefactos militares e peças de adorno com a mesma cronologia e proveniência;
3. Exemplares de Arte da Antiguidade Oriental e Clássica, com destaque para peças egípcias, gregas, etruscas, romanas e persas;
4. Notáveis conjuntos de Ourivesaria Ibérica, recolhidos no que foi o antigo território da Lusitânia, que se estendem do Calcolítico à Época Romana Tardia e à Alta Idade Média;
5. Numismática;
6. Fragmentos de Arquitectura Romana, Medieval e Moderna;
7. Arte Sacra dos séculos XVI a XVIII;

8. Pintura Europeia e Portuguesa dos Séculos XVIII a XX;

9. Relógios de várias épocas.

A CM Abrantes irá incluir no MUSEU IBÉRICO DE ARQUEOLOGIA E ARTE DE ABRANTES colecções de Arqueologia e História Local assim como, desde já, as colecções de Arte Contemporânea legadas pela Pintora Maria Lucília Moita e pelo Escultor João Charters de Almeida.

Estas colecções poderão e deverão ser enriquecidas com outros depósitos, doações ou aquisições, de acordo com a política de incorporações que vier a ser definida.

Em termos de **vocação**, o MUSEU IBÉRICO DE ARQUEOLOGIA E ARTE DE ABRANTES será um **museu interdisciplinar de Arqueologia-História e de Arte**, de **abrangência territorial regional-internacional** e de **tutela mista público-privada**. Relaciona-se, pela sua vocação, com os museus locais, regionais e nacionais de arqueologia, história e arte. Procurará traçar, graças à originalidade da composição dos seus acervos, um percurso programático, quer expositivo, quer de actividades, profundamente singular.

O MUSEU IBÉRICO DE ARQUEOLOGIA E ARTE DE ABRANTES não se limitará a ser um importante pólo expositivo de uma colecção que será, a vários títulos, de referência não apenas nacional mas internacional, vai também integrar um **Centro de Investigação** que irá aprofundar o estudo das suas colecções, promover novas exposições e estabelecer parcerias para projectos de investigação com Universidades, Autarquias e outros museus nacionais e estrangeiros.

O MUSEU IBÉRICO DE ARQUEOLOGIA E ARTE DE ABRANTES tem todas as condições para vir a tornar-se **um decisivo pólo de**

desenvolvimento cultural, científico e social numa região interior do País, invertendo a tendência de concentração dos equipamentos e das oportunidades na faixa litoral do território e nos grandes centros que aí se encontram. Beneficiará também dos bons acessos de que já dispõe a Cidade de Abrantes e da ligação próxima com centros monumentais, turísticos e religiosos de referência que atraem grandes fluxos de visitantes como são Tomar, Fátima, Batalha, Alcobaça ou mesmo Santarém, criando novas centralidades e novas dinâmicas de **desenvolvimento sustentado**.

3. HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DO EDIFÍCIO DO CONVENTO DE S. DOMINGOS E LINHAS DE ORIENTAÇÃO SOBRE OS CRITÉRIOS DA SUA RECUPERAÇÃO

Um antigo convento dominicano foi fundado ainda no século XV (1472), nos arredores de Abrantes, por iniciativa de D. Lopo de Almeida, 1º Conde de Abrantes, mas a insalubridade do local motivou o seu abandono, anos depois, e a transferência da comunidade para uma nova construção, junto ao centro urbano.

Esse novo Convento de S. Domingos, que se tornaria um dos complexos edificadas religiosos mais importantes de Abrantes, foi mandado construir por iniciativa da coroa, pelos anos de 1509-17, e sofreu obras de remodelação em 1542-47, dirigidas por Pêro Fernandes, que lhe conferiram o interessante carácter classicizante que conserva até aos dias de hoje.

O convento contou com o alto patrocínio do Infante D. Fernando, filho de D. Manuel, que se faria sepultar, com sua mulher, D. Guiomar Coutinho, na capela-mor da igreja.

A estrutura do convento encontra-se adaptada com felicidade ao terreno de implantação, um planalto sobranceiro ao vale do Tejo. Planimetricamente,

todas as dependências se encontram organizadas em redor do vasto claustro rectangular de dois andares, com arcarias assentes em elegantes colunas toscanas típicas do Renascimento português. O bloco que originalmente constituía a igreja (de nave única) encontra-se adossado à fachada poente, com frontaria saliente, hoje redesenhada pelo Arquitecto Duarte Castel-Branco para servir de entrada à Biblioteca Municipal.

As fachadas poente e nascente prolongam-se para sul fazendo crer que se previa um segundo claustro ou, pelo menos, um pátio, sob o qual se situa a cisterna. De acordo com o levantamento de 1866, feito pelos militares, a fachada poente (em que se abre a portaria conventual) era mesmo a mais longa de todas, criando um vasto corpo com algumas das características dos restantes mas avançando para sul, já completamente fora do perímetro construído, num possível projecto de alongamento enorme do segundo claustro ou pátio. Esse corpo seria muito aumentado pelos militares no sentido poente, exteriormente ao perímetro original, oferecendo actualmente um aspecto arquitectónico sem qualquer interesse, o que propicia a sua demolição com vista à implantação dos corpos de ampliação do edifício para instalação do museu. No processo de recuperação do imóvel será de todo conveniente indagar do estado de conservação da fachada original desse corpo antes de tomar a decisão de o demolir para dar lugar a novas edificações.

A utilização do edifício do convento pelo exército começou muito antes da extinção das Ordens Religiosas, decretada em 1834, e do próprio abandono por parte da comunidade religiosa, ocorrido no ano anterior, pois, desde os finais do século XVIII, se aquartelaram tropas em parte do convento e, a partir de 1810, se instalou mesmo um hospital militar. O mais antigo levantamento do edificado data de 1866, antes das grandes alterações promovidas pelo exército para adaptar o imóvel a hospital e a quartel. As obras modificaram profundamente a igreja, ainda hoje identificável na

planimetria e volumetria do conjunto, e acrescentaram construções em vários pontos do edifício, nomeadamente no segmento sul da ala poente, como atrás se disse. Contudo, grande parte da estrutura planimétrica e volumétrica original do convento se conservou quase intacta.

Na área da portaria conventual, servida por um portal de desenho setecentista, nota-se uma reorganização espacial dessa época, envolvendo revestimentos decorativos em azulejo. Subsistem no mesmo local lápides referentes a acontecimentos marcantes da história das unidades militares sedeadas no convento ou na cidade. Estes e outros elementos que se referem à história do edifício ou da cidade deverão ser conservados.

O rico recheio escultórico e pictórico do extinto convento foi distribuído, em 1847, pelas igrejas paroquiais de S. João Baptista e de S. Vicente da cidade, onde ainda hoje se reconhece, muito mal integrado nos altares laterais ou nas capelas-mores, e, na maioria dos casos, em sofrível estado de conservação. Pensamos que deverá ser considerada, com a abertura do museu, a hipótese do seu restauro e eventual incorporação no seu acervo.

No início da década de 70 do século XX, o imóvel, entretanto parcialmente devoluto e ameaçado de demolição, sustida por intervenção do então ministro Arantes e Oliveira, foi classificado como Imóvel de Interesse Público, por decreto de Dezembro de 1974, e, quatro anos antes, minimamente arranjado para albergar a Exposição *Mestres do Sardoal e Abrantes*, importante mostra de Pintura Portuguesa dos finais do século XV e primeira metade do XVI, promovida pela Fundação Calouste Gulbenkian. Só nas décadas de 80 e 90 do século passado, novas e profundas obras foram realizadas no edifício. Com projecto do Arquitecto Duarte Castel-Branco, o conjunto do que outrora fora a igreja, parte do claustro e algumas dependências contíguas foram adaptados para neles ser instalada a Biblioteca Municipal António Botto, inaugurada em 1993. Originalmente, o arquitecto pensara recuperar a totalidade do imóvel com vista à sua

reutilização para fins culturais. Foi com esse objectivo em mente que procedeu à recuperação da totalidade da arcaria e das colunas do claustro, algumas delas entaipadas desde os tempos da utilização do imóvel pelo exército.

Os restantes espaços do convento foram entretanto ocupados pelo Instituto Politécnico de Tomar, que aí ministra diversos cursos, designadamente de Comunicação Social, tendo igualmente mandado construir, em áreas limítrofes, uma cantina.

O vasto espaço que, na origem, estaria destinado a um pátio ou segundo claustro nunca construído, encontra-se actualmente utilizado, na sua maior parte, como parque de estacionamento, com uma das entradas pelo portal que liga os dois corpos da fachada poente. Trata-se de um espaço amplo, com excepcional vista sobre o vale do Tejo, que permitirá o natural prolongamento do edificado em caso de necessidades de ampliação, já reconhecidas. O estacionamento poderá passar a ser subterrâneo e futuramente restringida a sua utilização aos serviços do museu.

Em termos artísticos, o convento apresenta alçados de alguma modéstia, à excepção do claustro, mas em quase todos eles há uma certa regularidade de implantação dos vãos que permite reconhecer a autenticidade da esmagadora maioria dos mesmos, que deverá ser respeitada. Há evidentes acrescentos relativamente recentes (séculos XIX e XX) de muito fraca qualidade que deverão ser demolidos, para deixar o edifício respirar na sua dimensão mais próxima da construção histórica original.

Também deverão ser restituídos os circuitos originais de ligação entre os pisos e renovados ou aumentados esses acessos de acordo com as exigências museológicas, numa expressão claramente diferenciada.

Os tectos e as coberturas apresentam diversos tipos de materiais quase sempre perigosamente combustíveis e, em muitos casos, em precário estado de conservação, pelo que deverá ser encarada, no seu conjunto, a sua

preservação ou substituição face às exigências e necessidades museológicas.

De igual modo, deverão ser reavaliados os pavimentos e tomadas medidas quanto à sua conservação, substituição total ou parcial e eventual alteração de cotas, tendo em atenção a circulação museológica.

É aconselhável completar o fecho em vidro do claustro, nos dois pisos, para potenciar os circuitos museológicos, embora mantendo um sistema de circulação controlada entre a Biblioteca e o futuro museu.

4. CRITÉRIOS PARA A REFUNCIONALIZAÇÃO DO IMÓVEL E SUA AMPLIAÇÃO. DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL E ESPACIAL.

Apesar de o MUSEU IBÉRICO ir utilizar grande parte dos espaços disponíveis do convento de S. Domingos, tendo em conta a vastidão e diversidade das colecções a apresentar (quer as do Legado Estrada, quer as de proveniência municipal, que cobrem um vastíssimo arco cronológico e temático), assim como os serviços e secções que terão de constituir o Museu-Centro de Investigação, não será possível restringir-nos apenas a essas áreas.

Logo desde o início ficou claro para nós, para a Autarquia e para a Fundação Estrada que não bastava recuperar o convento, seria necessário contemplar uma substancial ampliação do edifício, com nova intervenção arquitectónica. Foi, aliás, esse um dos principais motivos que suscitaram a escolha do Ateliê JLCG, por nós sugerida.

Depois de aturadas visitas às colecções disponíveis, tanto do legado Estrada como da Câmara Municipal, incluindo as obras doadas por Maria Lucília Moita e por João Charters de Almeida (envolvendo demoradas conversas com ambos para avaliar justificadas expectativas), uma primeira opção foi

discutida entre nós e o Arquitecto Carrilho da Graça: que colecções expor no convento e que colecções expor no novo edifício? À primeira vista, a resposta parecia simples: no convento as colecções do legado Estrada e no novo edifício as peças contemporâneas.

Todavia, as necessidades específicas de apresentação, conservação e até de segurança de vários sectores da colecção Estrada (especialmente o da Pré-História e Antiguidade) implicariam transformações tais na estrutura do velho convento que tornariam a obra dispendiosíssima, sem falar na dificuldade acrescida em termos de articulações funcionais com os serviços técnicos de apoio (investigação, conservação e restauro), a instalar forçosamente no novo edifício. De resto, tomaremos sempre por princípio fundamental abrir os espaços do convento à fruição pública, enquanto áreas expositivas, evitando a instalação aí de áreas técnicas reservadas.

Pelo contrário, os conjuntos contemporâneos poderão conviver com inteira harmonia nos principais espaços do convento, na sequência dos núcleos da Colecção Estrada dedicados às Idades Medieval e Moderna (incluindo peças das mesmas épocas de proveniência municipal).

Assim, o principal sector arqueológico e artístico da Colecção Estrada (Pré-História e Antiguidade) será apresentado no novo edifício, com todas as exigências específicas de conservação e segurança, numa relação próxima ou mesmo directa com as áreas técnicas, de reservas e de investigação.

Deste modo, podemos definir a **repartição das várias secções expositivas e técnicas** do Museu pelo **Convento** e pelo **Edifício Novo** como segue:

No Convento:

- Na **Antiga Portaria conventual** – espaço de evocação histórica dos anteriores usos do convento (religioso e militar), com exposição de documentação gráfica e de uma ou mais maquetas. Nas **salas anexas**

do R/C da Ala Poente poderiam ser expostas algumas peças outrora pertencentes ao próprio convento, hoje dispersas pelas duas igrejas paroquiais da cidade. **A estudar:** possibilidade de manter a antiga entrada para acesso independente ao **Centro de Investigação**, cujas salas de acesso público (biblioteca e mediateca especializadas, gabinetes de estudo, gabinetes da direcção do Centro) deveriam situar-se no **pisso superior** da **Ala Poente**, tendo, por outro lado, acesso reservado às áreas técnicas do novo edifício por comunicação a abrir sobre o actual portão de ligação entre os dois corpos da Ala Poente.

- Nas **salas do R/C das Alas Nascente e Sul** que rodeiam o segundo pátio e o claustro – área expositiva destinada às secções da Idade Média (séculos V a XV, incluindo a Ourivesaria tardo-romana e bárbara, e a Arte Islâmica) e da Idade Moderna (séculos XVI a XVIII, incluindo peças indo-portuguesas) da Colecção Estrada e das colecções Municipais (arqueologia medieval e moderna de Abrantes, escultura em pedra e em madeira, talha dourada, paramentos, pintura).
- Nas **salas do canto do R/C da Ala Norte** – espaço destinado aos Serviços Educativos, que podem também servir a Biblioteca, com uma Sala Polivalente, ateliê de expressões e um gabinete de trabalho.
- Nas **salas do Piso Superior das Alas Nascente e Sul e do canto da Ala Norte** que rodeiam o segundo pátio e o claustro – área expositiva destinada às secções de Pintura do Século XIX e XX e de Artes Decorativas (Colecção de Relógios) – da Colecção Estrada – e às salas dedicadas à Pintura e ao Desenho de Maria Lucília Moita e à obra escultórica de João Charters de Almeida.

- Deverão ser previstos, anexos a todas estas galerias, «**espaços virtuais**» destinados à projecções multi-media de carácter didáctico ou de carácter artístico.

No Edifício Novo:

- O **Átrio de Acolhimento** (com balcão de informação e bilheteira) e os **Serviços Adjacentes** (bengaleiro-vestiário, Instalações Sanitárias, cafetaria-restaurante, loja-livraria, **Auditório** de cerca de 150 lugares) deverão ser instalados no espaço de ligação entre as duas construções. Deverá ter entrada para a Praça da República e para o Parque de Estacionamento desnivelado situado a nascente. Dá acesso a todos os circuitos expositivos, permanentes e temporários, e aos Serviços Técnicos. **Área** a calcular em função de todas estas valências e do **previsível grande afluxo de visitantes**.
- **Grande Área expositiva de cerca de 400 m²**, com 6m de pé direito, destinada a **exposições temporárias**, podendo ser seccionada para albergar diferentes mostras ou utilizada em contínuo por uma única exposição.
- **Circuito Expositivo Permanente** destinado à **Arqueologia e Arte da Pré-História e da Antiguidade** (é o circuito mais importante do Museu, com as obras-primas da Colecção Estrada e algum espólio municipal ou mesmo de outras proveniências). **Área total de 1000m²**, subdividida, podendo ser distribuída por dois pisos, com um pé direito de 5-6m cada.
- **Bloco dos Serviços Técnicos:**
 - **Serviços Administrativos e de Direcção**, quer do Museu, quer da Fundação que o tutela (3 gabinetes, uma Sala de Reuniões, uma Secretaria, um Arquivo);

- **Gabinetes Técnicos** para os Conservadores (2) e Investigadores (2);
- **Reservas** (com 500 m², pé direito de 6m) com acesso fácil à entrada de serviço e servida por monta-cargas;
- **Monta-cargas** de 3mx3mx3m que ligue todos os pisos de áreas expositivas, quer no Convento, quer no Edifício Novo, com as reservas e entrada de serviço;
- **Áreas de embalamento e desembalamento de peças**, junto à entrada de serviço e às reservas, com cerca de 100 m² e 5m pé direito;
- **Centro de Restauro de Arqueologia e Arte**, com luz natural, e área total de 200 m² (a subdividir) e pé direito de 5m;
- **Armazéns** de materiais museográficos e de embalagens com cerca de 200m² e 6m de pé direito;
- **Central de Segurança**;
- **Área de Apoio aos Funcionários**, com IS, chuveiros e vestiários e uma pequena cozinha.

No Documento Programático Definitivo, todas as áreas serão pormenorizadamente discriminadas.